

ATIVO INTANGÍVEL: Efeitos no Desempenho Contábil do Balanço Geral da União

INTANGIBLE ASSETS: Effects on the Accounting Performance of the General Balance Sheet of the Union

Daiane Letícia Freire Azevedo¹

José Washington de Freitas Diniz Filho²

RESUMO

O aporte da contabilidade em adotar os padrões internacionais, a fim de unificar as demonstrações contábeis, ocorreu devido a Lei 11.638/07, a qual monopolizou os procedimentos contábeis no Comitê de Pronunciamento Contábil - CPC, em que torna aceitável esse processo de convergência no âmbito privado e público, mais especificamente à União, regulamentada pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), convergentes com as normas emanadas pela International Federation of Accountants (IFAC). Desse modo, este artigo realizará uma descrição acerca da importância e a agregação de valor na economia brasileira do subgrupo ativo intangível, no qual se busca responder o seguinte problema de pesquisa: quais efeitos o tamanho do ativo intangível promove no desempenho contábil do Balanço Geral da União? e como base o seguinte objetivo: analisar os impactos que o ativo intangível promove no resultado contábil do Balanço Geral da União. O método de pesquisa utilizado foi o bibliográfico com análises quantitativas, as quais fundamentam o estudo comparativo dos relatórios contábeis divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Levaram-se em consideração os balanços patrimoniais e as notas explicativas dos exercícios de 2009 a 2017, a partir da aplicabilidade de regressões lineares simples entre variáveis dependentes e independentes em cima das Demonstrações Consolidadas da União. Os resultados mostraram que a evidência do ativo intangível promove melhorias significativas no desempenho da administração pública. Além disso, observou-se que as variáveis dependentes Investimentos e Índice de Liquidez são impactadas de forma positiva e diretamente proporcionais com a evidência do ativo intangível, em contrapartida, a Participação de Capital de Terceiros é impactado de forma negativa e inversamente proporcional à evidência do ativo intangível.

Palavras - Chave: Ativo Intangível. Efeitos. Balanço Geral da União.

ABSTRACT

The accounting contribution in adopting the international standards, in order to unify the financial statements, occurred due to Law 11.638 / 07, which monopolized the accounting procedures in the Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC) [Accounting Pronouncement Committee], which makes this convergence process acceptable in the private sphere and in the public sphere, specifically to the Union, regulated by the Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP) [Brazilian Accounting Standards Applied to the Public Sector] in accordance with the norms issued by *International Federation of Accountants* (IFAC). Therefore, this article will provide a description of the importance and the adding value in the Brazilian economy of the intangible asset subgroup, in which the following research problem is sought: what effects does the size of the intangible

¹ Graduada de Ciências Contábeis na Universidade CEUMA e-mail: leti.dayane_azevedo@hotmail.com

² Mestre em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professor de Pós-Graduação e Graduação da Universidade Ceuma (UNICEUMA). Contador da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). E-mail: jwdfdf@hotmail.com

asset promote in the accounting performance of the Balance Sheet of the Union? Based on the following objective: to analyze the impacts that the intangible asset promotes in the accounting result of the Balance Sheet of the Union. The research method used was the bibliographical one with quantitative analyzes, which base the comparative study of the accounting reports published by the Treasury Department National. The balance sheets and explanatory notes for 2009 to 2017 were taken into account, based on the applicability of simple linear regressions between dependent and independent variables on the Consolidated Statements of the Union. The results showed that the disclosure of the intangible asset promotes improvements in public administration performance. In addition, it was observed that the dependent variables Investments and Liquidity Ratio are positively impacted and directly proportional with the disclosure of the intangible asset, in contrast, the participation of third-party capital is negatively impacted and inversely proportional to the disclosure of the intangible asset.

Keywords: Intangible Assets. Effects. Balance Sheet of the Union.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o processo de globalização ocasionou a necessidade de a contabilidade convergir-se aos padrões internacionais, o que promoveu mudanças nos aspectos de reconhecimento, evidenciação e mensuração das práticas contábeis referente ao ativo intangível. A fim de corroborar com esta conjuntura, surgiu, no Brasil, a Lei nº 11.638/07, a qual dispõe as diretrizes contábeis brasileiras e tem como referência as normas internacionais. As diretrizes da contabilidade, no setor público, são norteadas pelas NBC TSP; sendo assim, este artigo aborda o tema específico de ativos intangíveis quanto os efeitos e adequação deste no Balanço Geral da União.

Os bens sem existência física são classificados como ativos intangíveis, com expectativa de rentabilidade futura, além de serem controlados e definidos. A representação pode ser feita pelas marcas, softwares, patentes, dentre outros, com vida útil definida ou, quando indefinidos, podem obter privilégios econômicos futuros. À frente as etapas da convergência aos padrões internacionais, os ativos intangíveis são regulamentados pela NBC TSP 08 e pelo Pronunciamento Técnico CPC - 04, os quais ditam as regras referentes a esse subgrupo do ativo.

Vale ressaltar os contributos dos demonstrativos contábeis, em que estes devem estar em conformidade com os padrões internacionais, principalmente referentes ao Balanço Patrimonial já que neste relatório contábil é evidenciado o ativo intangível, o qual tem sua base legal prevista na NBC TSB 16.6 e no Pronunciamento Técnico CPC – 26. O balanço patrimonial é um demonstrativo contábil que evidencia quali-quantitativamente a posição contábil e financeira do patrimônio em determinado período, isto é, mostra a condição estática.

Conforme a economia atual verifica-se constantes oscilações mercadológicas em que os fatos, que alteram o patrimônio público deve ser devidamente registrado pela contabilidade na qual se consta nos últimos exercícios, apresentam-se déficits nos anos 2014 a 2017. Dessa forma, justifica-se a relevância deste estudo para evidenciar a potencialização do ativo intangível no cenário macroeconômico da União como um elemento propulsor.

Considerando-se a relevância do tema abordado por este trabalho, o presente artigo tem como problema de pesquisa: quais efeitos o tamanho do ativo intangível promove no desempenho contábil do Balanço Geral da União? Tal questionamento há de requerer tanto uma revisão bibliográfica quanto a utilização de mecanismos de observação ou coleta de

informações capazes de permitir que a temática investigada atinja o objetivo geral da pesquisa que é: analisar os impactos que o tamanho do ativo intangível promove no resultado contábil do Balanço Geral da União. Para isso, serão realizadas três regressões lineares simples entre a variável independente "Tamanho do Ativo Intangível do Balanço Geral da União" e as variáveis dependentes: "Liquidez Corrente", "Composição do Endividamento" e "Resultados Acumulados", no período de 2009 a 2017.

A pesquisa visa apontar, de forma eficaz, informações acerca dos contributos que o ativo intangível traz à sociedade contemporânea, no sentido de alcançar todo o potencial do ativo intangível no desempenho contábil e, conseqüentemente, dos reflexos deste em demais subgrupos do ativo. Da mesma maneira à ciência, através da abordagem de cálculos como regressões lineares simples entre variáveis dependentes e independentes; bem como para pesquisadora, pois se refere a um assunto complexo e imperativo no âmbito contábil, em que a contribuição será dada através do conhecimento obtido e colocado em prática neste trabalho. Para isso, a pesquisa teve como contribuição os seguintes autores: Rios (2017), Iudícibus (2015), Niyama (2017), Padoveze (2017), dentre outros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para que o presente artigo atinja seus objetivos de pesquisa, é necessário que se faça uma contextualização teórica com o propósito de dar consistência técnico-científica a este trabalho. Nesse sentido, é requerida uma abordagem dos seguintes temas: ativo intangível, administração pública e demonstrações aplicadas ao setor público, que se entende ser o caminho para a análise do problema suscitado neste artigo.

2.1 Ativo Intangível

Na doutrina contábil, é fundamental a conceituação de ativo, visto que se refere à essência desta ciência. Este subgrupo do patrimônio define-se de diversas formas, dentre as mais comuns explicita-se que “é o conjunto de bens e direitos à disposição da administração” ou como “[...] meios conferidos à administração para gerir a entidade”, dentre outras. Estes entendimentos passam uma ideia aparentemente objetiva do que vem ser ativo; todavia, não caracterizam a verdadeira representação para a organização (MORAES JUNIOR, 2016, p.50).

A concepção dada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), conforme o CPC 00 (2011), visa à elaboração e apresentação das demonstrações contábeis, conceitua ativo como: “um recurso sobre tutela da entidade como produto de fatos passados, em que há expectativa de resultados econômicos futuros”, assim, apresenta-se uma concepção semelhante à proposta do *International Accounting Standards Board* (IASB). Essa é uma conceituação abrangente que pode ser aplicada em diferentes tipos de organizações, logo, se houver dúvidas em relação à determinação de ativo em uma organização, basta analisar o entendimento de ativo e assegurar a presença dessas condições.

O aspecto fundamental dos ativos é a propensão de produzirem benefícios à entidade que os controla, de forma isolada ou conjunta, com outros ativos e fatores produtivos ligados a ela, estes estão aptos a transformarem-se, direta ou indiretamente, em entradas de fluxos de caixas. Sendo assim, todo ativo apresenta mediata ou imediatamente, indireta ou indiretamente, uma promessa futura de entrada de caixa. (IUDÍCIBUS, 2015, p. 123)

As conceituações da composição do patrimônio de uma organização necessitam respeitar duas variáveis: a natureza da definição e a sua mensuração, isto é, não é possível unir as definições de ambas variáveis, visto que a conceituação deve ser rígida e pura, à medida que a mensuração refere-se apenas às limitações de quem avalia, mensura e de quem usa a informação (LUDÍCIBUS; FARIA; MARION, 2018, p. 123)

Existem distintas formas dos benefícios ligados a um ativo derivar da entidade. Isso ocorre por meio do uso individualizado ou agregado com outros ativos, os quais fazem parte do processo produtivo, com a finalidade de serem vendidos pela entidade ou na substituição por outro ativo ocasionado pelo uso da liquidação de determinado passivo e, ainda, na distribuição entre os sócios da organização. (RIOS e MARION, 2017, p.18). Em suma, compreende-se que para um objeto ser considerado um ativo deverá atender a três noções fundamentais: a produção de benefícios econômicos futuros; a entidade tem sobre sua guarda o patrimônio e o resultado deste ocasiona-se por eventos passados (NIYAMA e SILVA, 2013, p. 116).

Os ativos intangíveis limitam-se em direitos classificados como bens sem inexistência física, os quais têm a finalidade de manter as atividades operacionais das companhias e possui sobre sua tutela o exercício desse objetivo. Elementos como os gastos em licenças, propriedade intelectual, marcas, patentes, direitos autorais, franquias, desenvolvimento de novos produtos, *goodwill*, fundo de comércio adquirido, dentre outros, podem ser classificados como intangíveis (PADOVEZE, 2017, p. 69).

Nas últimas décadas, a relevância dos ativos intangíveis, em comparação aos ativos fixos e a carência de um registro adequado para os investimentos em ativos intangíveis gerados, tem provocado distorções em importantes tomadas de decisões. Estas distorções decorrem dos problemas na avaliação do desempenho (retorno sobre ativos, por exemplo) e dos sistemas de incentivos para inovação existente nas corporações presente nos diversos setores da economia (SILVA,2018, p.58).

O processo de distribuição dos ativos intangíveis divide-se em três componentes: capital humano, o capital da informação e o capital organizacional. O capital humano depreende-se como todas as qualidades que um indivíduo desenvolve dentro de um contexto econômico particular, em que aprimora um papel central na determinação dos limites da empresa, além de estar relacionados com o conhecimento, habilidade, talento ou qualquer outro atributo que um indivíduo possa apresentar na empresa que trabalha. (KAPLAN e NORTON, 2017, p. 287)

2.2 Administração Pública

Administração Pública é definida como todas as diretrizes do Estado na consecução e realização das necessidades da coletividade, visa a satisfação e ao bem comum de todos. Ela presta serviço de excelência e o executa de forma eficiente, no âmbito público. Para uma maior abordagem, acerca do assunto suscitado, faz-se necessário a avaliação do conceito de Estado e a Administração Pública (KOHAMA, 2016, p.9).

A definição mais comum, referente ao estudo do Direito Administrativo, é aquela que compreende o Estado como a autoridade política, o qual delega atribuições sobre um determinado grupo de indivíduos presentes em um território definido e reconhecido como soberano. Ele é composto por elementos indissociáveis: o território, o povo e o poder político soberano. Logo, como órgão executor da soberania nacional, o Estado, é entendido como a sociedade política fundamental dotada de um governo soberano que exerce seu poder sobre determinada população dentro de um território, onde se cria, executa-se e aplica-se o ordenamento jurídico vigente, com fim ao bem comum (SANTOS, 2012 p.15).

Conforme Di Pietro (2017, p. 81), a Administração Pública é desmembrada em dois sentidos que, geralmente, são utilizados em sentido subjetivo, formal ou orgânico, os quais se designam no exercício da atividade administrativa, compreendem-se os agentes públicos, órgãos e pessoas jurídicas responsáveis por realizar uma das funções da atividade estatal, que é a administrativa. E, em seu sentido objetivo, material ou funcional, compreende a essência

da atividade desenvolvida pelos entes mencionados. Nesse aspecto, a Administração Pública é inerente à função administrativa que remete, majoritariamente, ao Poder Executivo.

A atividade administrativa subdivide-se em dois delineamentos: centralização e descentralização. A centralização decorre quando o Estado executa suas atividades, de modo direto, através da intermediação de seus órgãos e agentes administrativos que compõem a estrutura funcional deste, isto é, a União, Estados, Municípios e Distrito federal, que executam a atividade administrativa por meio dos órgãos de suas respectivas Administrações Diretas. Já na descentralização, em vez de desenvolver suas atividades administrativas individualmente, o Estado incumbe às funções administrativas a instituições privadas e/ou a outras entidades jurídicas de direito público e privado. Dessa maneira, a descentralização administrativa consiste na distribuição ou delegação de atividades ou serviços da Administração Direta para a Administração Indireta ou para particulares (DE DEUS, 2017, p.37).

Entende-se como administração pública o conjunto preordenado do Estado destinado à prestação de serviços, cuja finalidade é satisfazer as necessidades da sociedade. Para entender a gestão pública, faz-se necessário trazer algumas conceituações, pode-se dizer que a entidade é pessoa jurídica, pública e/ou privada; entende-se como órgão o elemento desprovido de personalidade jurídica, consubstancia-se, apenas, em uma unidade de competência, visto que está atribuída à realização as atividades da organização a que pertence. Na organização política e administrativa brasileira das entidades, classificam-se em: paraestatais, autarquias, estatais e fundacionais (PIRES, 2013, p.10).

Diante dos conceitos apresentados, pode-se entender de forma mais elucidativa sobre as funções da Administração Pública e do Estado no que tange à participação e regulação dos atos administrativos concernentes aos serviços prestados à sociedade, que dependem destes de forma direta e indireta, com o objetivo principal de estabelecer metas e cumpri-las. Determinada sociedade e economia exigem uma gestão pública opositora, efetiva e transparente. Em virtude disso, foram incorporadas modernas técnicas de controle na administração pública a fim de alcançar respostas para questões como eficiência, eficácia, efetividade, legitimidade democrática e influência das tecnologias da informação na administração a fim de trazer melhorariam no desempenho das atividades executadas no âmbito público (PEREIRA, 2010, p.78).

2.3 Demonstrações Contábeis Aplicados ao Setor Público (DCASP)

As demonstrações contábeis formam os principais meios de divulgação das informações financeiras do governo e perfazem três objetivos fundamentais: o controle social; amparar os usuários na análise dos resultados operacionais alcançados pela entidade governamental; colaborar na avaliação do padrão dos serviços fornecidos pelo governo e no cumprimento dos serviços e obrigações prestados. Além dos objetivos supracitados, as demonstrações contábeis têm por função proporcionar informações eficazes para a tomada de decisão no cumprimento das responsabilidades referentes aos recursos confiados ao governo na destinação destes (DINIZ; LIMA, 2016, p. 29).

Sendo assim, as DCASP assumem um papel fundamental, uma vez que denotam um composto de informações que promovem a clareza dos resultados econômicos, financeiros, orçamentário e patrimoniais das entidades públicas. Em uma abordagem da estrutura das DCASP, estas são instrumentos que analisam a condição financeira a partir dos seus elementos ativos, passivos, receitas, despesas, gastos, fluxos de caixa, ativos líquidos, patrimônio líquido, dentre outros. (OLIVEIRA 2018, p.40)

O conjunto completo das DCASP, consoante o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP (BRASIL, 2017), apresenta os seguintes componentes: Balanço

Orçamentário (BO); Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL); Balanço Financeiro (BF); Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP); Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC).

O Balanço Patrimonial subdivide-se em duas seções, “ativo” e “passivo, nos quais são distribuídos os elementos do “patrimônio público”, igualam-se a duas somas com a conta “patrimônio líquido”, especificamente com a conta Resultados Acumulados, a qual tem dois resultados econômicos: “superávit” ou “déficit”, em que representa um aumento patrimonial ou uma diminuição patrimonial. Observa-se, no conceito constante do MCASP, que o Balanço Patrimonial é o demonstrativo contábil que evidência, quali-quantitativamente, o estado patrimonial do ente público, através de contas específicas do patrimônio público, assim como as contas de compensação (KOHAMA 2016, p.290).

Conforme a NBCT 16.6, itens 20 e 22, o Balanço Orçamentário englobado na contabilidade pública demonstra as receitas e as despesas orçamentárias divididas em classes relevantes de análises, confrontam-se a estimativa inicial e as suas modificações com a execução onde demonstra o resultado orçamentário. O qual é estruturado de forma que evidência a associação em meio ao planejamento e a execução orçamentária. (ROSA, 2013, p.467). E, ainda, o entrelaçamento em conformidade com a Lei Nº 4.320/, no Art. 102, o Balanço Orçamentário evidencia as receitas e despesas previstas em paralelo com as realizadas.

A apresentação do Balanço Orçamentário por categoria econômica, no que diz respeito a receita e à natureza de despesa, pode ser explicado na previsão da receita, em que se evidencia a previsão da receita, a execução da receita e a diferença entre os valores ainda não realizados ou realizados em excesso. Já, na fixação da despesa, evidencia-se a fixação da despesa, a execução da despesa em que os valores estão empenhados e a diferença entre as dotações ainda não realizadas. O superávit e o déficit de previsão evidenciam a diferença da previsão da receita e a fixação da despesa orçamentária, já o de superávit e déficit de execução evidencia a diferença da execução da receita orçamentária e a execução da despesa orçamentária (SLOMSKI 2013, p. 116).

O Balanço Financeiro é um relatório contábil que revela o fluxo das disponibilidades a partir da equação: **saldo anterior + entradas – saídas = saldo atual**, nela são apresentadas as receitas e despesas. A Lei Nº 4.320/64 articula que o Balanço Financeiro notabiliza as receitas e despesas orçamentárias, assim como as entradas e dispêndios extraorçamentários associados com os valores de caixa do exercício correspondente à diferença do montante dos ingressos orçamentários com os extraorçamentários e dos dispêndios orçamentários e extraorçamentários. Casos os ingressos forem superiores aos dispêndios, sucederá um superávit; em contraste, ocorrerá um déficit. Este demonstrativo expõe a movimentação financeira dos entes públicos no período e demonstra a receita orçamentária realizada (SILVA, 2014, p. 246).

O Balanço Financeiro baseia-se nos fatos financeiros próprios da entrada da receita orçamentária e extraorçamentária e saídas através de pagamentos da despesa orçamentária e extraorçamentária, escriturados no Grupo 6 - Controle da Execução do Planejamento e Orçamento. Este relatório divide-se nas ramificações “receita” e “despesa”, distribuem-se em entradas e saídas de numerário. Ele pode ser representado como um grande cofre, pois, no início do exercício, sabe-se quanto há guardado em caixa/bancos. Durante o movimento das operações, em que entra numerário ou depósito bancário, considera-se receita de origem orçamentária ou não orçamentária acrescido aos valores já existentes no cofre; caso contrário, por força dessa movimentação dinâmica, o que for retirado do cofre, em numerário ou saque bancário será considerado despesa e poderá ser de origem orçamentária ou extraorçamentária e ser deduzido dos valores existentes no cofre (KOHAMA, 2015, p. 9).

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

De acordo com Lakatos (2017, p. 278) existem vários métodos utilizados para responder a um problema e dentre eles podem ser citados: o indutivo, o dedutivo, o hipotético-dedutivo, o dialético, o fenomenológico, dentre outros. A estrutura deste trabalho é descritiva cujo objetivo é analisar se o tamanho do ativo intangível influencia nos resultados da administração pública. Ademais, emprega uma abordagem quantitativa, uma vez que será introduzida um recurso estatístico na análise dos dados. Referente aos procedimentos técnicos de coletas e análise de informações configura-se como pesquisa documental e bibliográfica. O modelo mais comum de documento é composto por um texto escrito em papel, porém estão cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos (GIL, 2018, p.29).

Com relação ao modelo estatístico, aplicou-se ao trabalho sistemas de regressão lineares simples de modo que os dados em corte, que foram empregados (SARTORIS, 2013, p.231), descrevem a regressão linear simples como uma estrutura econométrica que visa verificar a relação entre determinada variável dependente Y com uma independente X, que busca apontar a função mais adequada para descrever a ligação entre essas variáveis. Metodicamente, é descrita a regressão linear simples pela equação (1):

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i \quad (1)$$

Na equação descrita acima, Y_i define a variável dependente, X_i é a variável independente que serviu de experimento no modelo, β é um vetor de parâmetros do modelo e ε_i são as perturbações aleatórias não relacionadas entre si, sendo que as perturbações são $\varepsilon_i \sim i.i.d.(0, \sigma^2)$. Em complemento à utilização da modelagem, com a intenção de aprofundamento das análises a fim de buscar evidências estatísticas das correspondências entre as variáveis examinadas, empregou-se o exame de Heteroscedasticidade de White.

Conforme Gujarati (2011, p.368), o exame faz a aferição da adaptação da modelagem estatística no qual se empregou o método da regressão linear que permitiu verificar a existência de Homocedasticidade, a especificação do modelo e o grau de independência dos resíduos para com os regressores empregados no trabalho. Nessa perspectiva, Greene (2002, p.222) esclarece que no teste de Heteroscedasticidade de White uma regressão auxiliar na qual a variável dependente originou-se do resíduo ao quadrado e os regressores são os próprios regressões da regressão original, seus produtos e os cruzados quadrados, conforme mostra a equação (2):

$$\varepsilon_i^2 = \gamma_1 + \gamma_2 X_{2i} + \gamma_3 X_{3i} + \gamma_4 X_{2i}^2 + \gamma_5 X_{3i}^2 + \gamma_6 X_{2i} X_{3i} + \mu_i \quad (2)$$

Nela também foi realizado o exame de Normalidade dos resíduos, o qual visa ratificar se os erros se dividem de maneira formal. Esse recurso configura-se no teste da hipótese que os resíduos sejam normais cujos princípios são de erros também normais, dessa maneira, há resguardo maior em comparação aos testes de hipóteses (SARTORIS, 2013, p.246). Subsequente à demonstração das fases ligadas aos procedimentos estatísticos determinou-se o modelo analítico que permitiu a verificação da suposta relação entre a variável independente tamanho do “Ativo Intangível” e as variáveis dependentes “Investimentos”, “Índice de Liquidez Geral” e “Participação de Capital de Terceiros” obtidas a partir das demonstrações contábeis divulgadas pela Secretária do Tesouro Nacional de modo que foi provável o

reconhecimento dos efeitos de tais relações. A partir do modelo apresentado na equação (1), o modelo empírico demonstra a seguinte especificação, conforme a equação (3):

$$Y_i = \alpha + \beta X_i + \varepsilon_i (3)$$

Em que Y_i assume as variáveis dependentes Investimentos, Índice de Liquidez Geral e Participação de Capital de Terceiros sobre o Ativo, X_i evidencia a variável independente Tamanho do Ativo Intangível e ε_i relaciona-se a nomenclatura de erro aleatório, o qual atribui-se média zero e variância constante. A partir da hipótese de que quanto maior a evidenciação do ativo intangível melhor será o desempenho da administração pública, espera-se que o coeficiente β mensurado seja positivo para as variáveis dependentes “Investimentos”, “Índice de Liquidez Geral” e “Participação de Capital de Terceiros”. Ademais, por causa do quantitativo reduzido de observações, introduzidos na pesquisa, optou-se pela inserção de uma escala logarítmica, visto que o modelo de regressão linear objetiva a utilização de variáveis contínuas.

Posteriormente à apresentação dos estágios conectadas aos procedimentos estatísticos, foi definido o modelo analítico que permitiu a concessão da verificação da suposta relação significativa entre a variável independente, tamanho do ativo intangível e suas variáveis dependentes, como investimento, índice de liquidez e participação de capital de terceiros obtidas no Balanço Geral da União de maneira que foi possível identificar os efeitos de tais relações no período de agosto de 2018 a fevereiro de 2019, baseado em que quanto melhor o desempenho contábil melhor será o desempenho da administração pública.

Para a realização do modelo proposto, os dados coletados referem-se às demonstrações contábeis e notas explicativas do exercício de 2009 a 2017 publicadas pela Secretária do Tesouro Nacional. Este estudo tem por objetivo atingir a sociedade de maneira geral, visto que engloba todos os entes, a esfera federal, estadual e municipal. As variáveis, como também unidades de medida e as definições, estão expostas no quadro 01.

Quadro 01 - Variáveis, definições e unidades de medidas

VARIÁVEL	UNIDADE DE MEDIDA	DEFINIÇÕES UTILIZADAS NO MODELO EMPÍRICO
Tamanho do Ativo Intangível	R\$ Em milhares ou milhões de Reais	Intangível
Investimento	Número de Componentes	Investimento
Índice de Liquidez Geral Participação de Capital de Terceiros	%	ILG PCT

Fonte: Resultados da Pesquisa (2019)

4 ANÁLISE DA PESQUISA

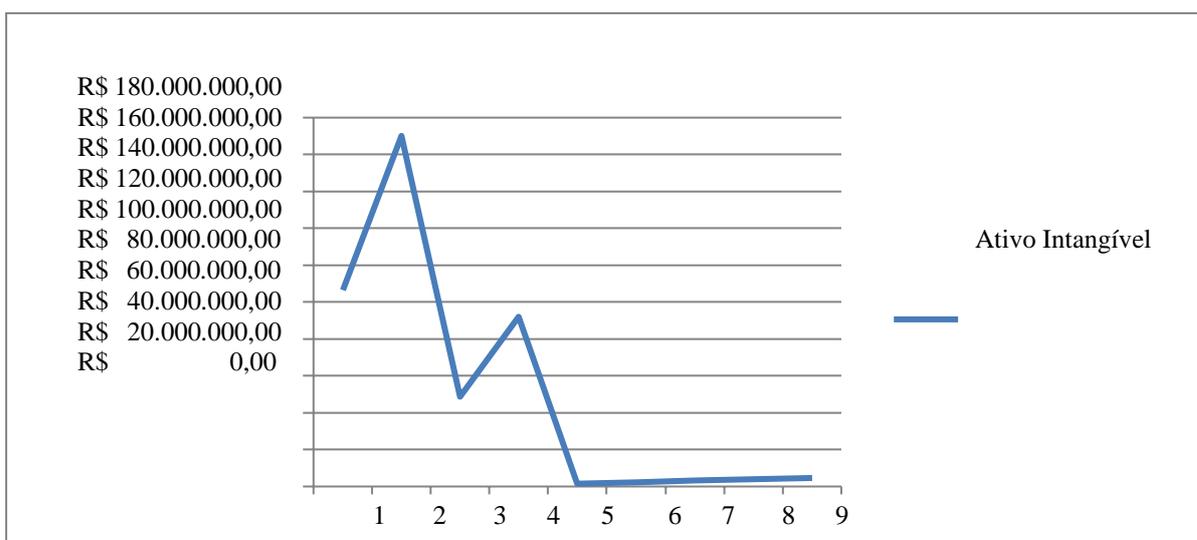
4.1 O Comportamento do Ativo Intangível no BGU no Período de 2009 a 2017.

De início, a pesquisa efetuou uma modelagem a fim de verificar os impactos das variáveis Investimento (I), Índice de Liquidez (ILG) e a Participação de Capital de Terceiros (PCT) sobre a variável independente Ativo Intangível. Para corroborar com a pesquisa, foi elaborado um gráfico que se refere à observação do comportamento do grau de evidenciação do ativo intangível entre 2009 e 2017. Em 2009 e 2010, houve um grau de evidenciação exponencial do ativo intangível em valores monetários superiores a R\$ 180.000.000,00 que

correspondem com os períodos de superávit presentes nos demonstrativos contábeis e ainda o período de ascensão dos investimentos, conforme publicado pela Secretária do Tesouro Nacional.

No terceiro ano, em 2011, ocorreu uma queda considerável dos ativos intangíveis nas demonstrações contábeis, em valores reais abaixo de R\$ 60.000.000,00. Já de 2012 a 2017 verifica-se uma baixa significativa de evidenciação do intangível a qual permaneceu constante, a qual coincide com os períodos de déficits, que também corresponde com os períodos de composição de endividamento, isto é, a dívida pública apresenta-se em maior proporção.

Gráfico 1 - Comportamento do Ativo Intangível na Administração Pública



Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

4.2 Impactos Promovidos pelo Ativo Intangível Sobre o Investimento no BGU

A pesquisa aplicou o teste de F significância global, o qual observa o grau de interferência da variável Investimento, conforme observa-se na Tabela 1. Constata-se que o valor P do teste apresenta um valor de 0,000001 que indica, estatisticamente, que a variável investimento, utilizada na pesquisa, está relacionada com o índice de evidenciação do ativo intangível e que o modelo é passível de ser introduzido no estudo. Seguidamente, analisou-se o teste de significância individual, objetiva ratificar o grau de influência das variáveis dependentes sobre a variável independente ativo intangível, em que uma variável dependente justifica o seu P-valor quando este é inferior a 5%, o qual se satisfaz no exemplo.

Tabela 1- Resultados do Modelo de Regressão entre o Investimento e o Ativo Intangível

Variáveis	B	T	Valor P	Número de Observações	
Investimento	1,53064	11,23	< 0,000001	F(1, 7)	126,1073
				P – valor (F)	0,000001
				R ²	0,956645
				R ² Ajustado	0,950451

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

Por fim, foi introduzido ao modelo estatístico os Testes de Heteroscedasticidade de White com o objetivo de verificar a presença da Variância de Resíduos. Ademais a esse

contexto, aplicaram-se os testes de Normalidade de Resíduos e de Multicolineridades com o propósito de averiguar se as variáveis oferecem informações equivalentes às empregadas. Da análise da Tabela 2, verifica-se que a modelagem não aponta problemas de Heteroscedasticidade visto que *P* registrou o valor de 0,79 e o grau de significância é superior a 0,05, que indica a variância entre os resíduos permanece no todo espectro das variáveis independentes e existe Homocedasticidade na variância dos resíduos. Já no teste de Normalidade, achou-se um valor *P* de 0,88, o que indica que, no modelo apresentado não se rejeita a hipótese nula referente à distribuição normal satisfazem-se o pressuposto de normalidade, pois o nível de significância é de até 0,05.

Tabela 2 - Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H ₀	Valor <i>P</i>	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,877855	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,792962	0,05

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

4.3 Impactos Promovidos pelo Ativo Intangível Sobre Índice de Liquidez Geral no BGU

No que se refere à relação ativo intangível e Índice de Liquidez, como demonstrado na tabela 3, constata-se que o valor *P* do teste F do modelo aponta o valor de 0,027033, e revela, estatisticamente, que a variável Índice de Liquidez, utilizada na pesquisa, influencia o ativo intangível que, por sua vez, impacta no Balanço Geral da União; dessa maneira, o modelo é passível de ser introduzido neste estudo, como se observa na tabela abaixo.

Tabela 3 - Resultados do Modelo de Regressão entre o Índice de Liquidez e o Ativo Intangível

Variáveis	β	T	Valor <i>P</i>	Número de Observações	
Índice de Liquidez	0,158561	2,787	0,0270	F(1,7)	9
				P – valor (F)	0,027033
				R ²	0,415565
				R ² Ajustado	0,332074

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

Ao final, foi aplicado o Teste de Heteroscedasticidade de White, o qual tem por objetivo verificar a presença da Variância de Resíduos e a aplicação dos testes de Normalidade de Resíduos e de Multicolineridades que visa analisar se as variáveis oferecem informações semelhantes às empregadas. Verifica-se que a modelagem não aponta problemas de Heteroscedasticidade, visto que *P* registrou o valor de 0,49 e o grau de significância é superior a 0,05, indica-se que a variância entre os resíduos permanece no todo espectro das variáveis independentes e existe Homocedasticidade na variância dos resíduos. Já no teste de Normalidade, encontrou-se um valor *P* de 0,33 que no modelo apresentado não se rejeita a hipótese nula referente à distribuição normal e satisfaz o pressuposto de normalidade, uma vez que o nível de significância é de até 0,05.

Tabela 4: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H ₀	Valor <i>P</i>	Nível de
--------------	----------------	----------------	----------

			Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,32727	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,495135	0,05

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

4.4 Impactos Promovidos Pelo Ativo Intangível Sobre a Participação de Capital de Terceiros

Na análise da Tabela 5, disposta a seguir, verifica-se que o valor P do teste F aponta um valor de 0,089814, que indica, se a variável Participação de Capital de Terceiros empregada influencia no grau de evidenciação do Ativo Intangível e, conseqüentemente, impacta no BGU, por conseguinte, o modelo é suscetível de ser empregado na pesquisa.

Tabela 5: Resultados do Modelo de Regressão entre a Participação de Capital de Terceiros e o Ativo Intangível

Variáveis	β	T	Valor P	Número de Observações	
Capital de Terceiros	- 0,534256	2,228	0,0898	F(1, 4)	9
				R ²	4,963816
				R ² Ajustado	0,465671
					0,332089

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

Na análise da Tabela 6, ao modelo estatístico, os Testes de Heteroscedasticidade de White, que tem por finalidade verificar a presença da Variância de Resíduos e a aplicação dos testes de Normalidade de Resíduos e de Multicolineridades, em que analisa se as variáveis estão oferecendo informações semelhantes às empregadas, verifica-se que a modelagem não aponta problemas de Heteroscedasticidade, já que P registrou o valor de 0,23 e o grau de significância é superior a 0,05, o que significa que a variância entre os resíduos permanecem no todo espectro das variáveis independentes e existe Homocedasticidade na variância dos resíduos. Já no teste de Normalidade, encontrou-se um valor P 0,13, o qual indica que o modelo apresentado não se rejeita a hipótese nula referente à distribuição normal, satisfaz-se o pressuposto de normalidade, uma vez que o nível de significância é de até 0,05.

Tabela 6: Testes dos Pressupostos

Pressupostos	H ₀	Valor P	Nível de Significância
Normalidade dos resíduos	Normalidade dos resíduos	0,12727	0,05
Heteroscedasticidade de White	Variância dos resíduos é constante	0,23465	0,05

Fonte: Informações extraídas da pesquisa realizada pelos autores (2019).

Cabe ressaltar que as variáveis Investimento e Índice de Liquidez apresentaram um valor positivo β , o que indica que, quanto maior for, haverá um acréscimo no investimento e um aumento no índice de liquidez e melhor será o desempenho da administração pública, e ainda maior será o grau de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis, visto que são diretamente proporcionais. No entanto, há um comportamento contrário na variável Participação de Capital de Terceiros, haja vista que esta variável apresentou um coeficiente negativo e informa que quanto maior for a evidenciação do ativo intangível no BGU, menor será a participação de capital de terceiros, pois são indiretamente proporcionais.

Em continuidade a análise do estudo, constata-se que os valores correspondentes a R e R² ajustado tem por objetivo apontar quanto as variáveis dependentes (I), (ILG) e (PCT) explicam o comportamento do Ativo Intangível no BGU. A partir das conclusões da Tabela 1, verifica-se que a variável dependente em análise explica 95% do índice de evidenciação do intangível, já na Tabela 3 e 5 nota-se que as variáveis dependentes elucidam 41% e 46%, respectivamente, do índice de evidenciação do intangível.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao transcorrer desta pesquisa observou-se que o ativo intangível tem um papel fundamental no desempenho e desenvolvimento nos resultados da administração pública, visto que é um elemento patrimonial que influencia nos demonstrativos contábeis. Nesse contexto, o trabalho verificou responder o seguinte problema; quais efeitos o tamanho do ativo intangível promove no desempenho contábil do Balanço Geral da União. Sendo este respondido, uma vez que o tamanho do ativo intangível influencia de forma positiva no desempenho da administração pública e promove efeitos relevantes no BGU.

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os impactos que o ativo intangível promove no resultado contábil do Balanço Geral da União. Para isso, utilizou-se a modelagem econométrica Regressão Linear Simples entre a variável independente; tamanho do Ativo Intangível e as variáveis dependentes; Investimentos, Índice de Liquidez Geral e Participação de Capital de Terceiros, a qual possibilitou analisar os impactos promovidos no resultado contábil.

Quanto à forma de evidenciação do ativo intangível, constatou-se que nos anos de 2009 e 2010 houve uma evidenciação exponencial dos ativos intangíveis em consonância com os investimentos e o aumento do índice de liquidez, apresentado ao final dos exercícios superávits. Contudo, quando não há a evidenciação do ativo intangível, conforme observado a partir do exercício de 2011 a 2017, os investimentos decresceram, o que ocasionou um aumento no capital de terceiros, ou seja, a dívida pública cresceu e apresentou ao final do período déficits de forma constante.

Nos resultados, observou-se que todas as variáveis dependentes utilizadas no estudo são impactadas diretamente e indiretamente pelo ativo intangível, haja vista que duas regressões apresentaram P valores menores que 0,05 e uma regressão apresentou 0,08. Notou-se, também, que β , na regressão, apresentou valor positivo entre o Ativo Intangível, Investimento e Índice de Liquidez, a qual indica uma relação diretamente proporcional. Todavia, o sinal β negativo na regressão entre o Ativo Intangível e a Participação do Capital de Terceiros demonstra uma relação inversamente proporcional entre as variáveis.

Verificou-se que as modelagens empregadas neste estudo não apontaram problemas de Heteroscedasticidade, uma vez que P registrou o grau de significância satisfatório e indica que a variância entre os resíduos permanece no todo espectro das variáveis independentes e existe Homocedasticidade na variância dos resíduos. Já no teste de Normalidade, encontrou-se um valor P aceitável que no modelo apresentado não se rejeita a hipótese nula referente à distribuição normal e satisfaz o pressuposto de normalidade.

Por fim, foram realizados testes de pressupostos satisfatórios nos resultados das regressões lineares presentes em que as variáveis Investimento e Índice de Liquidez evidenciaram um valor positivo β , o que significa que, quanto maior for, haverá um acréscimo no investimento e um aumento no índice de liquidez e melhor será o desempenho da administração pública, e também que maior será o nível de divulgação do ativo intangível nas demonstrações contábeis. Portanto, concluiu-se que o ativo intangível impacta e reflete no desempenho da administração pública.

Por isso é importante que o ativo intangível tenha maior valorização e que haja maior controle por parte da gestão pública. Cabe ressaltar que devido ao tamanho da amostra inserida neste estudo, os resultados do estudo não serão universalizados, para pesquisas posteriores a esta, recomenda-se a inclusão de novas variáveis dependentes e outros métodos estatísticos a fim de corroborar com os resultados aqui encontrados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. **Manuais de Contabilidade. Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) – 7ª Edição** (2017).
Disponível em: <<https://www.tesouro.fazenda.gov.br/pt/-/manuais-de-contabilidade>> Acesso: 28 de ago. de 2018.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. CPC 00 (R1) – **Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil- Financeiro**.
Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>>.
Acesso em: 28 ago. 2018.
- DE DEUS, João Ricardo Alexandre. **Direito administrativo**. 3. ed. Rev. Atual e Ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017. 37p.
- DI PIETRO, Maria Sylva Zanella. **Direito administrativo**. 30. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017. p.81.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018. p.29.
- _____ ; **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. p.28.
- GOMES JUNIOR, Francisco Adelson Ferreira. **Evidenciação do ativo intangível nas demonstrações contábeis de clubes brasileiros de futebol: um estudo a luz do CPC 04 e das NBC (ITG 2003 (R1))**. 2018. 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) Universidade Estadual da Paraíba, Monteiro, 2018.p.13.
Disponível em: < <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/16799>>.
Acesso em: 08.02.2019.
- GREENE, William H. **Econometric analysis**. 5.ed. New Jersey: Upper Saddle River, 2002. p.222
- GUJARATI, Damodar N. **Econometria básica**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.p.368.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p.123.
- _____ ; MARION, José Carlos; FARIA, Ana Cristina de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 6. ed. Grup. Edit. Nac. São Paulo: Atlas, 2018. p. 123.
- KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P. **Alinhamento: Utilizando o Balanced Scorecard**
- RAGC, v.7, n.31, p.92-105/2019

para criar sinergias corporativas. Rio de Janeiro: Campus, 2017, p.287.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública – Teoria e Prática**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016, p. 9-290.

_____. **Balancos Públicos: Teoria e Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015. p.9.

LIMA, Severino Cesário. de; DINIZ, Josedilton Alves. **Contabilidade Pública: Análise Financeira Governamental**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2016. p. 29.

MORAES JUNIOR, José Jayme. **Contabilidade Avançada e Análise das Demonstrações Contábeis: teoria e 450 questões comentadas**. 5. ed. Niterói, Rio de Janeiro: Impetus, 2016. p.50.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto.Tibúrcio. **Teoria da contabilidade**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p.116.

OLIVEIRA, Liliane Moraes de; SILVA, Clara Monise; ARAUJO, Salmo Batista de. O Papel da Contabilidade Aplicada ao Setor Público no Processo de Tomada de Decisão: um estudo de caso no município de Santana do Seridó/RN. **Revista Opara - Ciências Contemporâneas Aplicadas**. ISSN 2237-9991, FACAPE, Petrolina, v. 8, n. 1, p. 38-56, jan. /dez., 2018.p.40. Disponível em: < <http://revistaopara.facape.br/article/view/212>> Acesso em: 05 nov.2018

PADOVEZE, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: Contabilidade Introdutória e Intermediária**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017. p.69.

PEREIRA, José Matias. **Governança no Setor Público**. São Paulo: Atlas, 2010. p.77-78.

PIRES, Antônio Cecílio Moreira. **Direito Administrativo**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.p.10.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PLANALTO. **Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964**.Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4320.htm>. Acesso em: 28 de agosto de 2018.

RIOS, Ricardo Pereira; MARION, José Carlos. **Contabilidade Avançada**. – 1. ed. – São Paulo: Atlas, 2017. p.18

ROSA, Maria Berenice. **Contabilidade do Setor Público**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p.467.

SANTOS, Mauro Sérgio dos. **Curso de Direito administrativo**. Rio de Janeiro: Forense, 2012. p.15

SARTORIS, Alexandre. **Estatística e introdução à econometria**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p.231.

AZEVEDO, D.L.F. e DINIZ FILHO, J.W.F.

SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e.; SILVA, Marcos Paulo Pereira da; SANCOVSCHI. Moacir. Ativo intangível das empresas brasileiras listadas no mercado de capitais: um estudo comparativo com Estados Unidos, Europa, Austrália e Japão. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)**, Rio de Janeiro, v. 22, n.2, p. 55 - p.75, maio/ago., 2018. ISSN 1984-3291. Disponível em:
<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/39934>
Acesso em: 07 fev. 2019

SILVA, Valmir Leôncio da. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Abordagem Prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2014. p.246

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2013. p.116